

O curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos do Instituto de Higiene de São Paulo (1928)

Luciana Cristina Correia*

O presente artigo tem como intuito apresentar resultados preliminares da pesquisa de mestrado, *O Instituto de Higiene de São Paulo e seus cursos de especialização (1918-1930)*, por meio de uma reflexão sobre o decreto de oficialização do curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos, que data de 1º de outubro de 1928.

O Instituto de Higiene de São Paulo já foi objeto de estudo de pesquisas realizadas por profissionais das áreas de história, educação e arquitetura. Uma delas enfatiza o fato de ter sediado e regulamentado o curso de educadores sanitários a partir de 1926 (ROCHA, 2003). Outra enfatiza a reforma do Serviço Sanitário de São Paulo, empreendida pelo médico e diretor na época Geraldo Horácio de Paula Souza. Reforma que foi divulgada pelo Código Sanitário de 1925 (RIBEIRO, 1993), colocando o Instituto em posição de destaque no cenário urbano paulista. A vinculação do Instituto de Higiene com o médico é freqüente nas produções historiográficas sobre os caminhos da saúde pública paulista, já que Geraldo Horácio de Paula Souza é considerado um de seus mais ativos diretores (CAMPOS, 2002). Mas apesar da quantidade de publicações sobre o Instituto, entre elas dissertações, teses e artigos; verificamos a ausência de uma pesquisa que se ativesse aos cursos oferecidos pela instituição durante o período em que ainda era um laboratório, 1918 a 1924, e no período em que foi elevada a categoria de Instituto, 1924 a 1931. A existência deles não foi ignorada pelos estudos com relação a essa temática, como vemos no seguinte fragmento de um artigo de Lina Rodrigues de Faria:

O Instituto atuou como um instrumento importante na formação de profissionais, a partir da constituição de um saber específico, sanitarista e médico. No período entre 1918 e 1924, cerca de 80 estudantes, graduados e pós-graduados, receberam instruções nas áreas de higiene e saúde pública

* UNICAMP, mestranda em História, pesquisa financiada pela CNPQ.

no antigo Laboratório. A partir de 1925, não mais associado à Faculdade de Medicina de São Paulo, o Instituto ampliou, significativamente, sua esfera de ação. Novos cursos e departamentos foram criados e o número de alunos aumentou consideravelmente (FARIA, 1999: 175-208).

Ainda assim, repetimos que não temos conhecimento de um trabalho que tenha como foco principal o estudo dos cursos na área da higiene, oferecidos por essa instituição. Portanto, acreditamos ser esse um caminho possível para, por meio da dinâmica dos cursos de especialização, pensar nos temas debatidos na área da saúde pública na cidade e estado de São Paulo no período das primeiras décadas do século XX. Além de tentar visualizar qual era o espaço das preocupações em relação à formação profissional dentro dessa área.

As autoras Maria da Penha Vasconcellos e Cristina de Campos, afirmam que a criação do Instituto de Higiene encaixa-se na necessidade de resolver os problemas urbanos paulistas, tais como o saneamento, moradia popular, higiene e alimentação, que perpassavam os órgãos administrativos oficiais. Já que nas primeiras décadas do século XX vê-se a criação de instituições com o objetivo de estudar, conhecer, identificar e propor soluções para a sociedade (VASCONCELLOS, 1995). Teriam sido criados com essa finalidade o Departamento Estadual do Trabalho (1911), a Faculdade de Medicina e Cirurgia (1913), o Instituto de Engenharia (1917) e o Instituto de Higiene (1918).

Nosso objetivo por hora é de apontar no regulamento do curso de especialização para médicos, alguns aspectos do modelo de ensino e objetivos propagados por essa instituição. Trata-se de um documento de quatro páginas com capa, dividido em três capítulos e uma última seção intitulada “Disposições gerais”. O primeiro capítulo tem como título “Objecto do curso” e contém três artigos, que esclarecem o objetivo do curso, preparar médicos para o exercício da profissão sanitária, fornecendo ao Serviço Sanitário do Estado, pessoal especializado para o desempenho em cargos de técnicos daquela administração. Desta forma, o público alvo eram médicos com diploma registrado na Diretoria Geral do Serviço Sanitário paulista, já funcionários do serviço, mas também permitia a entrada de médicos estranhos ao serviço.

O segundo capítulo trata da matrícula; o número de vagas disponíveis anualmente pelo Instituto seria variável, sendo que 2/3 delas ficariam reservadas aos médicos do Serviço Sanitário. A matrícula deveria ser requerida ao diretor do Instituto mediante a apresentação dos seguintes documentos: atestado do Serviço Sanitário sobre

o registro do diploma do candidato, para os médicos que não fossem funcionários do mesmo; atestado de boa saúde e imunização contra a varíola e a febre tifóide, fornecidos por uma autoridade sanitária do Estado; e atestado da Diretoria Geral do Serviço Sanitário, quando o candidato exercesse cargo técnico no mesmo. Além disso, era preciso depositar na secretaria do instituto uma quantia, não especificada pelo documento, como taxa de laboratório e também garantia oferecida aos alunos para conservação contra possíveis danos do material que lhes fosse confiado.

O terceiro capítulo traz informações sobre o curso divididas em oito artigos. O primeiro estabelece que o curso de especialização em higiene e saúde pública teria caráter teórico prático, tendo duração de um ano. Apresenta as cadeiras do curso, e estas se dividiam dentro de quatro trimestres. O primeiro trimestre contava com aulas de Parasitologia; Química aplicada à higiene; Higiene pessoal, nutrição e dietética; e, Estágios em serviços de tuberculose e venereologia. O segundo trimestre previa aulas de Bacteriologia e imunologia aplicadas à higiene; Estatísticas vitais e epidemiologia; Administração sanitária; e Estágios na Inspetoria de Moléstias Infecciosas. O terceiro trimestre era composto por Higiene psicológica; Higiene mental; Engenharia Sanitária; Higiene pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar.

E por fim, o quarto trimestre seria reservado para estágio em determinados serviços e para a elaboração de um trabalho escrito ou relatório sobre um tema de interesse higiênico. A entrega do trabalho escrito e seu posterior julgamento era um dos requisitos para o recebimento do certificado de conclusão do curso. Esse trabalho seria o resultado da inspeção sanitária de uma localidade qualquer, à escolha do diretor do estabelecimento (neste ponto não está claro se este seria o diretor do próprio Instituto de Higiene, ou do estabelecimento onde o aluno estivesse fazendo um estágio). O trabalho seria julgado por uma comissão de membros do Instituto, ou de pessoas nomeadas pelo diretor do mesmo, quando fosse oportuno. O outro requisito era a aprovação em todas as cadeiras e estágios que compreendiam o curso. O exame final de cada cadeira consistiria em uma prova escrita e prática oral, perante uma banca constituída pelo professor responsável pela matéria e mais dois membros do Instituto, designados pelo diretor.

A última seção, Disposições gerais, estabelece que as notas seriam atribuídas de 0 a 10. E que haveria verificação diária da frequência dos alunos. E também a

possibilidade de dispensa, por parte do diretor do Instituto, de frequência e exames de certas disciplinas, quando os alunos já fossem funcionários técnicos de serviços oficiais ou apresentassem documentos de estabelecimentos idôneos que mantivessem cursos semelhantes. O penúltimo artigo dispõe que o curso poderia se iniciar em qualquer época do ano. E o último assegura que concluído o curso, os alunos aprovados receberiam do diretor do Instituto de Higiene o certificado de aprovação.

Ao analisarmos esse documento, percebemos que o objetivo do curso, preparar especialmente os médicos do Serviço Sanitário para o exercício da profissão sanitária, estava em consonância com as atribuições adquiridas pelo Instituto no momento de sua oficialização em 1924. A lei estadual de número 2018, que dispôs sobre a oficialização do Instituto, previa em seu artigo terceiro que uma das atribuições da instituição seria a de realizar cursos de aperfeiçoamento técnico para funcionários do Serviço Sanitário. Isso nos leva a crer que as autoridades responsáveis pela gestão da saúde pública paulista no período, consideravam a formação médica dos profissionais atuantes insuficiente para o atendimento das demandas sanitárias. Apesar de não podermos saber ao certo o alcance que esse curso teve dentro das inspetorias do Serviço Sanitário, acreditamos na existência da defesa de que o profissional ligado aos problemas sanitários necessitava de uma formação específica. O próprio diretor do Instituto de Higiene, Geraldo Horácio de Paula Souza, um ano depois da elaboração do regulamento em questão, expressou em um documento sobre o assunto que,

Reconhece-se hoje, que o simples curso das cadeiras de hygiene das Faculdades de Medicina não é o bastante para garantir a eficiencia dos médicos sanitários. É verdade que a pratica com os problemas sanitários poderá, como está fartamente demonstrado, alliada ao estudo livre, formar dos médicos, optimos higienistas. Este não deve, entretanto, continuar a ser o processo de recrutamento de higienistas e, dahi, a fundação de cursos de especialização para médicos (SOUZA, 1929).

O ensino das questões ligadas à higiene e saúde pública figurava ao lado da pesquisa como uma das duas grandes vertentes dessa instituição pioneira no estado de São Paulo. Em relação à pesquisa, ao nos atentarmos para a existência de cadeiras de bacteriologia e parasitologia, é possível detectar uma preponderância da teoria bacteriológica em relação à teoria dos miasmas – essa teoria em termos gerais pressupunha que emanações vindas de águas estagnadas eram a causa das doenças. O

surgimento da teoria bacteriológica impulsionou o trabalho médico de pesquisas em laboratórios, aspecto bem visível na estrutura do curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos.

Mesmo com a afirmação, do excerto citado a pouco, de que a formação de um sanitarista não poderia ser realizada apenas pela experiência, a prática tinha um lugar importante no curso. Este aspecto é visível na própria afirmação de que o curso seria de caráter teórico prático. Ao mesmo tempo em que o instituto procurava prover conteúdo teórico aos seus alunos, era necessário colocar em prática esse saber. A solução encontrada foram os estágios em repartições do próprio Serviço Sanitário, e as inspeções sanitárias.

O caráter teórico prático é um ponto de semelhança entre o curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos, e a cadeira higiene do curso de medicina da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Ressaltamos que a cadeira de higiene na Faculdade de Medicina estava aos cuidados do Instituto de Higiene, mesmo antes de sua oficialização em 1924. Pois em 1918 foi firmado um acordo de cinco anos entre o governo do Estado de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller – uma instituição norte-americana que atuava financiando projetos na área de saúde pública em vários países - tendo em vista o provimento da cadeira de higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Esta faculdade havia iniciado suas atividades em 1913, e previa a aplicação da disciplina higiene aos alunos do quinto ano. Após a leitura de alguns relatórios produzidos pelo Instituto de Higiene entre 1923 e 1926, constatamos que durante esses anos mais de 100 viagens foram realizadas, entre excursões às repartições do Serviço Sanitário e inspeções sanitárias em diversas cidades do estado. Assim, vemos como as inspeções sanitárias foram uma prática constante do Instituto de Higiene, tanto para médicos em formação quanto aos já formados.

Outro ponto que destacamos é a preocupação do Instituto com a saúde de seus alunos em potencial, verificada pela exigência de certas vacinas e atestado de boa saúde aos médicos ingressantes no curso de especialização. O pedido de atestado de vacinação contra a varíola e a febre tifóide nos levam a pensar que na época, entre os formuladores de políticas de saúde pública a eficácia de ambas já seria amplamente confirmada.

Voltando-se para o contexto do curso em questão, é preciso destacar que foi proposto em um momento de mudança da política de saúde pública paulista. Por muitos anos, a concepção de saúde pública adotada pelo Serviço Sanitário do estado paulista, consistia em policiar o cumprimento das leis e dos regulamentos sanitários. A inspeção das habitações coletivas, intimação dos infratores e multa aos reincidentes foram práticas da política de saúde pública, cumpridas pelos guardas e inspetores sanitários. O autor Emerson Elias Merhy afirma que até 1910 praticamente inexistiam serviços ambulatoriais permanentes, e os objetivos do modelo em vigência estavam associados principalmente ao controle das epidemias. O médico Emílio Ribas esteve na direção do Serviço Sanitário, no período de 1896 a 1916; e, segundo Merhy:

Pautando-se pelos princípios da corrente “bacteriológica, apresentou para a sociedade um projeto de intervenção – o “campanhista/policial” – que denominava como problema de Saúde Pública e que se baseava na intervenção da polícia sanitária e na execução de campanhas.(MERHY, 2006)

No ano de 1917 o médico Artur Neiva assumiu a direção do Serviço Sanitário, estabelecendo alterações na atuação do órgão. Sob sua gestão houve a introdução de uma rede de ambulatorios permanentes e especializados a partir de cada problema de saúde em particular; Merhy denomina essa prática como modelo de “serviços campanhistas permanentes” (MERHY, 2006: 75). E no ano de 1922, assume a liderança do serviço o médico Geraldo Horácio de Paulo Souza, defensor da idéia de que haveria um processo único para a prevenção de todas as doenças. Assim, com a reforma da instituição em 1925, promovida pelo próprio Paula Souza, que na época também estava encarregado da direção do Instituto de Higiene, a política de saúde ganhou uma nova concepção, cujo ponto central era a educação sanitária do indivíduo (RIBEIRO, 1993: 246).

A educação sanitária deveria ser feita sempre com toda generalidade, ou seja, da forma mais ampla possível, e pelos processos mais práticos, de modo a impressionar e convencer o educando a assumir hábitos de higiene. Poderia ser ministrada em grupo ou individualmente, professada nos centros de saúde, em visitas domiciliares ou nos estabelecimentos escolares, hospitalares, comerciais, fabris ou quaisquer outros lugares de reunião acessíveis. Essa reforma estipulou que o serviço de educação sanitária visaria

de modo especial a higiene individual, pré-natal, infantil e da idade escolar, pois acreditava existir na infância e na mocidade uma excelente oportunidade para imprimir ou desenvolver hábitos de higiene. As crianças desnutridas e as portadoras de deficiência física deveriam ser alvos de maior atenção por parte da educação sanitária em higiene escolar.

A reforma também colocou em cena uma nova categoria profissional o educador sanitário. A aplicação do curso de formação desse novo profissional foi atribuída ao Instituto de Higiene. E os principais espaços de atuação desse profissional foram as escolas e os centros de saúde. Ao pensarmos na existência das cadeiras de higiene psicológica, mental, pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar, vemos que também havia a tentativa de transmitir aos médicos do curso de especialização a preocupação com a saúde do indivíduo, especialmente das crianças.

Por fim, ressaltamos que a intenção do artigo não foi a de esgotar todas as possibilidades de reflexão que o regulamento do curso de especialização em higiene e saúde pública para médicos, pode nos fornecer. E sim, de refletir sobre algumas temáticas possíveis presentes no documento, que nos remetem ao modo de atuação do Instituto de Higiene em sua prática de formação de sanitaristas. Especialmente diante de um contexto em que havia embates entre correntes médico-sanitárias, como nos indica Merhy ao dizer que a fase de 1920 a 1930 foi uma das mais ricas no que se refere ao embate entre as várias correntes e movimentos presentes nas disputas pela direção de uma determinada política de Saúde Pública. (MERHY, 2006: 80).

Bibliografia

Fontes primárias

Regulamento para o Curso de Especialização em Higiene e Saúde Pública para médicos. Aprovado pelo Secretario d'Estados dos Negocios do Interior em 1 de outubro de 1928.

SOUZA, Geraldo Horácio de Paula. *Instituto de Higiene de S. Paulo. Curso de especialização em higiene para médicos.* 1929.

Documentos pertencentes ao Centro de Memória da Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Fontes secundárias

BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella. Imagens de São Paulo: estética e cidadania in (Ferreira, A.C., Luca, T.R., Iokoi, Z.G., org.) *Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo, EnUNESP/FAPESP/ANPUH-SP, 1999.

_____. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)* in *Revista Brasileira de História* V.5 n° 8/9, set. 1984/abril 1985, pp. 35-68.

_____. *Falar e pensar a cidade de São Paulo de 1890 a 1940*. Texto que apresentou resultados parciais de pesquisa apoiada pelo CNPq.

_____. *Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades*. IN: FERNANDES, ANA e GOMES, Marco Aurélio A de Filgueiras. *Cidade & História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Século XIX e XX*.

_____. *Sanitarismo e Configuração do Espaço Urbano*. Artigo no prelo, Publicação do Arquivo do Estado de São Paulo, 2009.

CAMPOS, Cristina de. *São Paulo pela Lente da Higiene: As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a Cidade (1925-1945)*. São Carlos, RiMa, 2002.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. Memória Histórica da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1918 – 1945. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, 18 (número especial): 2-60, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FARIA, Lina. A Casa Geraldo de Paula Souza: texto e imagem sobre um sanitarista paulista. *Revista História Ciência Saúde Manguinhos*, v. 12, n° 3, 2005.

_____. O Instituto de Higiene: Contribuição à História da Ciência e da Administração em Saúde de São Paulo. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9(11): 175-208, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MERHY, Emerson Elias. *A saúde pública como política*. São Paulo: Editora Hicitec, 2006.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: a república, a febre amarela e a formação dos serviços sanitários no Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1996.

VASCONCELLOS, Maria da Penha C. *Memórias da Saúde Pública: a fotografia como testemunho*. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.